



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 10/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026
PROCESSO DIGITAL Nº 35.896/2026
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME, EPP OU MEI

DATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO: 1º DE JUNHO DE 2026
HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: 09h
ENDEREÇO ELETRÔNICO - <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>
CÓDIGO UASG: 926434

A Câmara Municipal de Araucária, Paraná, por meio do Pregoeiro, designado pela Portaria nº 450/2025, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 39.132/2023, Portarias 245/2020 e 376/2025.

A PARTICIPAÇÃO NESTA LICITAÇÃO SIGNIFICA PLENO CONHECIMENTO DE SUAS INSTRUÇÕES, NÃO CABENDO, APÓS SUA ABERTURA, ALEGAÇÕES DE DESCONHECIMENTO DE SUBITENS, OU RECLAMAÇÕES QUANTO AO SEU CONTEÚDO. ANTES DE ELABORAR PROPOSTAS AS LICITANTES DEVERÃO LER ATENTAMENTE O EDITAL E DEMAIS DOCUMENTOS ANEXOS.

1 DO OBJETO

- 1.1** A presente licitação tem por objeto a aquisição de água mineral (galão 20 litros e copo - 200 ml), água com gás (garrafa de 500 ml) e recarga de gás P45– de forma fracionada – com formalização de Ata de Registro de Preços, para atender ao setor de Copa e assegurar ao público interno e externo o fornecimento de água, assim como o gás para a fervura de água (café, chá e demais), tendo em vista que se tratam de bens de consumo de uso contínuo, haja vista que a água mineral é um produto indispensável à manutenção da hidratação e saúde de todo ser humano, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2 DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1** As regras referentes aos órgão gerenciador e participantes, são as que constam no item 11 deste Edital e na minuta de Ata de Registro de Preços, Anexo VI.

3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 3.1.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.2** O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Não poderão disputar esta licitação:

- I)** aquele que não atender às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);
- II)** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- III)** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- IV)** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- V)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- VI)** agente público do órgão ou entidade licitante;
- VII)** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- VIII)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- IX)** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- X)** Empresas não enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto nº 8.538, de 2015, conforme consta no item 4.6.

3.6 O impedimento de que trata o item 3.5 subitem II) será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7 A vedação de que trata o item 3.5 subitem VI) estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, proposta com a descrição do objeto ofertado (por item) e o respectivo preço (por item), conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, encerrando-se automaticamente, nesse momento, a etapa de envio de propostas.

4.1.1 Os documentos de habilitação serão exigidos e analisados apenas em relação ao licitante provisoriamente vencedor, após a fase de lances e julgamento da proposta, nos termos da legislação aplicável.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 4.1.2** O envio prévio dos documentos de habilitação no sistema, quando exigido, não implica sua análise imediata, a qual ocorrerá na forma do subitem anterior.
- 4.2** O valor máximo estimado para a aquisição do objeto da presente licitação é de **R\$ 82.789,50 (oitenta e dois mil, setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos)**. A competitividade do certame licitatório se fará pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, devendo o licitante formular sua proposta e lances observando o valor máximo para cada item, definido no Anexo I, do presente Edital, não podendo ultrapassá-lo, sob pena de desclassificação.
- 4.3** O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 4.4** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- I)** Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - II)** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
 - III)** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
 - IV)** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 4.6** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6.1** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame.
- 4.7** A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- I) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - II) Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1** O valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 4.13** O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 5.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- I) Valor unitário e total de cada item, com duas casas decimais. O sistema disponibiliza quatro casas decimais, por este motivo, salienta-se que é de inteira responsabilidade do fornecedor o preenchimento correto do valor da proposta;
 - II) Inclusão dos documentos da proposta, conforme modelo proposto no Anexo IV deste Edital, em formato PDF, no campo “Incluir Anexo da Proposta”.
 - III) Marca;
 - IV) Fabricante;
 - V) Descrição do objeto, contendo a descrição detalhada de cada item. Caso não informada, a licitante se compromete a ofertar o objeto de acordo com as especificações contidas no Edital e Termo de Referência.
- 5.2** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto.
- 5.3** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.4** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação. Caso o prazo de validade da proposta, não esteja expresso no sistema COMPRAS.GOV.BR, a licitante se compromete a cumprir o prazo estipulado neste item.
- 5.5** É vedada ao licitante, sob pena de desclassificação, a identificação da proposta de preços no sistema eletrônico (esta vedação não se refere a proposta de preços anexada, e sim às informações digitadas no sistema).



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 5.6** O licitante deverá enviar seus documentos para habilitação, em formato PDF, mediante anexo, no sistema eletrônico, no campo “Incluir Anexo da Habilitação”.
- 5.7** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.
- 5.8** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.9** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 6.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.2.1** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6** O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.7** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.8** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.9** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.10** Não haverá determinação de diferença de valores entre os lances.
- 6.11** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.12** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa combinado “aberto e fechado”. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 6.13** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de dez minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.13.1** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13.2** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.13.3** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13.4** Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.
- 6.13.5** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente aos Gestores do Sistema COMPRAS.GOV.BR;
- 6.13.6** Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.13.7** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.14** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.16** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.19** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa combinado aberto e fechado.
- 6.19.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- I)** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - II)** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- III) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- II) Empresas brasileiras;
- III) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.20.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.2 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.3 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.4 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitabilidade da proposta vencedora.

7 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado por item (Acórdão nº 1455/2018 -TCU – Plenário), ou que apresentar preço manifestadamente inexequível.

7.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais/por item ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 7.4** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 7.5** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 7.6** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de duas horas sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.7** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 7.8** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do produto ofertado, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio do Sistema COMPRAS.GOV.BR. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio de e-mail: pregoeiro@araucaria.pr.leg.br, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.9** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.10** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.11** O Pregoeiro poderá solicitar pareceres técnicos ao quadro de pessoal das Diretorias ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 7.12** O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação da proposta escrita ou ainda catálogos, ou outros documentos necessários para a sua avaliação por meio da opção “enviar anexo” do Sistema COMPRAS.GOV.BR. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail: pregoeiro@araucaria.pr.leg.br. Quando a descrição detalhada do objeto, constante no sistema COMPRAS.GOV.BR, não for suficiente para análise da área técnica, caso em que, individualmente, o Pregoeiro comunicará a necessidade do envio via chat, estabelecendo prazo para tal.
- 7.13** O licitante que deixar de enviar a documentação solicitada conforme especificado anteriormente, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo à aplicação de sanções previstas neste Edital.
- 7.14** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 7.15** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.16** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 7.17** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Câmara Municipal de Araucária, aos cuidados do Pregoeiro no endereço: Rua Irmã Elizabeth Werka, 55,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

Fazenda Velha Araucária/PR - CEP 83.704-580, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro no sistema COMPRAS.GOV.BR.

8 DA FASE DE JULGAMENTO

- 8.1** Encerrada a etapa de aceitabilidade da proposta vencedora, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.5 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- I)** SICAF;
 - II)** Cadastro de Impedidos de Licitar, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR;
 - III)** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
 - IV)** Consulta ao CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas;
 - V)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e demais comprovações cabíveis.
- 8.2** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.3** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação, conforme abrangência da penalidade.
- 8.4** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 8.5** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto no art. 97 do Decreto nº 39.132/2023.
- 8.6** O interessado, para efeitos de habilitação prevista conforme disposto na Seção V - Da Habilitação, do Decreto nº 39.132/2023, mediante utilização do sistema deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil, anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 8.7** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 8.8** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 8.9** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de duas horas, sob pena de inabilitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 8.10** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 8.11** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados a Câmara Municipal de Araucária, aos cuidados do Pregoeiro a no endereço: Rua Irmã Elizabeth Werka, 55, Fazenda Velha, Araucária/PR - CEP 83.704-580, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro no sistema COMPRAS.GOV.BR.
- 8.12** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.13** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- I)** Contiver vícios insanáveis;
 - II)** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital;
 - III)** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - IV)** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - V)** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.14** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.15** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 8.15.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 8.15.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.16** Caso o Termo de Referência, Anexo II deste Edital, exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.17** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.18** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema, ou por correio eletrônico.
- 8.19** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.20** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência, Anexo II deste Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

9 DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2 Ressalvado o disposto no item 4.5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- I)** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II)** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III)** Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja validade e autenticidade deverão ser confirmadas mediante verificação do QR Code constante no documento apresentado;
- IV)** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- V)** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- VI)** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- VII)** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- VIII)** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- IX)** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- I)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- II)** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- III)** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- IV)** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- V)** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação, conforme art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021.
- VI)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- VII)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- VIII)** Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- IX)** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- X)** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.2.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:

- I)** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação, ou de sociedade simples;
- II)** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso;
- III)** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos
- IV)** Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes, na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação, conforme art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

9.2.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- I)** Comprovação de aptidão para o fornecimento dos itens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- II)** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- III)** Deverá haver a comprovação da experiência no fornecimento e/ou água mineral e/ou gás de cozinha.
 - IV)** Os atestados deverão referir-se ao fornecimento no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, especificamente na área de fornecimento de águas minerais e gás de cozinha.
 - V)** Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento de água mineral e/ou gás (GLP), a apresentação de diferentes atestados relativos a fornecimentos realizados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
 - VI)** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte ao fornecimento, endereço atual da contratante e local em que se deram as entregas.
 - VII)** Declaração de que atende aos requisitos de habilitação e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, conforme art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021.
 - VIII)** Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
 - IX)** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.3** A empresa deverá apresentar, a fim de comprovar sua capacidade técnica, quando se tratar de itens relativos ao fornecimento de água mineral, os documentos abaixo relacionados:
- I)** Autorização da Vigilância Sanitária para funcionamento da empresa;
 - II)** Laudo de Instituição Oficial certificando a propriedade ou concessão da fonte da água a ser fornecida para consumo.
- 9.3.1** As exigências previstas neste subitem não se aplicam aos licitantes que concorram exclusivamente aos itens relativos ao fornecimento de GLP P45, para os quais deverão ser observados os requisitos específicos de habilitação pertinentes
- 9.4** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.5** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.6** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.6.1** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.7** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.7.1** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, contados da solicitação do pregoeiro.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 9.8** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.8.1** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante melhor classificado.
- 9.9** Após a entrega dos documentos para habilitação, conforme art. 64 da Lei 14.133/2021, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 9.9.1** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 9.9.2** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 9.10** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação ou o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.11** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 9.7.1.
- 9.12** Somente serão disponibilizados para acesso ao público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 9.13** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação e não como condição para participação na licitação, conforme art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.

10 DA GARANTIA DOS ITENS

- 10.1** A garantia mínima está descrita separadamente (por item), conforme subitem 1.2 (quadro de especificações).

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2** A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 11.3** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 11.4** O prazo de vigência da ata de registro de preços, contando a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Diário Oficial do Município, será de 01 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme Decreto Municipal nº 39.132 de 2023.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 11.5** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.
- 11.6** Na hipótese de o convocado não assinar a ARP no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 11.7** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 11.8** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 11.9** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 11.10** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a CMA convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
- 11.11** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 11.12** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
- 11.13** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento (emissão da Ordem de Compra), a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
- I.** A possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
 - II.** A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ARP e da Administração Pública;
 - III.** Seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
- 11.14** A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ARP, cabendo a Fiscalização de Contratos a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 11.15** Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Fiscalização de Contratos e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 11.16** Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado
- 11.17** Da inexecução e cancelamento da Ata de Registro de Preços.
- 11.17.1** O registro do preço do fornecedor será cancelado, conforme disposto no art. 305 do Decreto Municipal nº 39.132/2023, pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
- I)** For liberado;
 - II)** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
 - III)** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - IV)** Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133 de 2021;
 - V)** Não aceitar o preço revisado pela Administração.
- 11.17.2** A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, conforme disposto no art. 306 do Decreto Municipal nº 39.132/2023, pelo órgão gerenciador:
- I)** Pelo decurso do prazo de vigência;
 - II)** Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
 - III)** Por fato superveniente, decorrente força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
 - IV)** Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
 - V)** O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.
 - VI)** No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, conforme disposto no art. 307 do Decreto Municipal nº 39.132/2023, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
 - VII)** Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem VI), o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 12.1** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- I)** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - II)** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 12.2** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 12.2.1** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 12.2.2** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 12.3** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- I)** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- II)** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 12.4** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- I)** Convocar os licitantes que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, conforme §3º do art. 303 do Decreto 39.132/2023.
- II)** A Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório, conforme o Decreto 39.132/2023.
- III)** A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.
- 12.5** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ARP, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.
- 12.6** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.7** É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.
- 12.8** O registro do preço do fornecedor será cancelado conforme disposto no art. 305 do Decreto Municipal nº 39.132/2023, pela CMA, conforme subitem 11.17.1 deste termo de referência..
- 13 DOS RECURSOS**
- 13.1** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 13.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:
- I)** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- II)** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;
- 13.4** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 13.5** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.6** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 13.7** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.8** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.9** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.10** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.araucaria.pr.leg.br> - Portal da Transparência – Compras/Licitações, ou <https://camaraaraucaria.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>.

14 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 14.1** Emitir Ordem de Compra/Empenho;
- 14.2** Encaminhar para a CONTRATADA, Ordem de Compra em arquivo digital, via correio eletrônico (através do e-mail: compras@araucaria.pr.leg.br);
- 14.3** Efetuar o pagamento após os itens recebidos definitivamente;
- 14.4** Aprovar ou reprovar os itens, após a vistoria e entrega dos mesmos;
- 14.5** Supervisionar, fiscalizar e atestar a entrega dos itens pela CONTRATADA;
- 14.6** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE terá, em especial, poderes para acompanhar e sustar a entrega dos itens que estejam em desacordo com as especificações, normas ou sua orientação;
- 14.7** Notificar a CONTRATADA por escrito, através da Fiscalização de Contratos, sobre a aplicação de eventuais penalidades através da Gestão de Contratos, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
- 14.8** Aplicar à CONTRATADA, eventuais penalidades por meio da Gestão de Contratos, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
- 14.9** Garantir o livre acesso às dependências da Câmara Municipal de Araucária aos funcionários da empresa durante o horário estipulado para a entrega dos itens.

15 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1** Acusar o recebimento da Ordem de Compra via correio eletrônico (compras@araucaria.pr.leg.br).
- 15.2** Cumprir fielmente os prazos de entrega estabelecidos no Termo de Referência.
- 15.3** Fornecer os itens em conformidade com o item 15 e ANEXO I do Termo de Referência.
- 15.4** Responsabilizar-se pela substituição de produtos que não estejam compatíveis com as especificações, sob suas expensas, em conformidade com o art. 119 da Lei nº 14.133/2021, nos prazos constantes nos itens 15 - DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA e 19 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO do termo de referência.
- 15.5** Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total da entrega dos itens.
- 15.6** Responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou terceiros por culpa de defeitos ocultos, descobertos futuramente, nos itens adquiridos.
- 15.7** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não elimina em hipótese alguma, a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito estado dos materiais entregues. O fato de os



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

itens não serem entregues de acordo com as normas e/ou descrição, não significa tolerância ou aquiescência por parte da fiscalização de contratos. Os erros devem ser evitados ou imediatamente corrigidos.

16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1 Conforme Art. 155 da Lei 14.133 de 2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente em caso de:

- I) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III) Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- V) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:
 - a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d) Deixar de apresentar amostra;
 - e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
- VI) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida e válida para a contratação;
- VII) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- IX) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII) Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

16.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I) Advertência;
- II) Multa;
- III) Impedimento de licitar e contratar e
- IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II) As peculiaridades do caso concreto;
- III) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- V) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 16.4** Caso a CONTRATADA, seja responsabilizada por ato, que esteja enquadrado em algum subitem do item 16.1, estará sujeita às sanções, conforme consta no art. 156, Lei 14.133/2021:
- I) **Advertência**, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista, inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
 - II) A **Multa** será recolhida em percentual de 10% a 20% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 16.5** Para as infrações previstas no item 16.1, subitens I), II) e III), a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
- 16.6** Para as infrações previstas no item 16.1, subitens V), VI), VII), VIII) e IX), a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
- 16.7** Nos casos de reincidência formalmente notificada de qualquer descumprimento passível de advertência e no descumprimento dos prazos estabelecidos e condições de entrega/recebimento contidos no item 18 deste Edital, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.
- I) **Impedimento de licitar e contratar com o Município**, pelo prazo máximo de 03 (três) anos pelas infrações administrativas previstas nos subitens II), III), IV), V), VI) e VII) do item 16.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção.
 - II) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelas infrações administrativas previstas nos subitens VIII), IX), X), XI) e XII) do item 16.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 16.8** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 16.9** No processo de aplicação de sanções para apuração de responsabilidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 15 (quinze) dias úteis contado da data de sua intimação.
- 16.10** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 90, § 5º da Lei 14.133/2021.
- 16.11** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 16.12** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 16.13** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 16.14** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 16.15** Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- 16.16** As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

17 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 17.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 17.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 17.3** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail pregoeiro@araucaria.pr.leg.br, ou por petição dirigida ou protocolada no Protocolo da Câmara Municipal de Araucária, situada à Irmã Elizabeth Werka 55, Bairro Fazenda Velha, CEP 83.704-580, Araucária/PR, no horário de 08h às 12h e das 13h às 17h.
- 17.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 17.4.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação ou Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 17.5** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18 DA SUBCONTRATAÇÃO

- 18.1.1** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

19 DAS GARANTIAS CONTRATUAIS

- 19.1.1** Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

20 DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 20.1** O prazo de entrega do objeto tem seu início através da solicitação de entrega dos itens (envio da ordem de Compra).
- 20.2** O prazo legal de validade da Ordem de Compra é de 30 (trinta) dias corridos
- 20.3** O **prazo de entrega dos itens será de até 15 (quinze) dias corridos**, em remessa única, prorrogáveis por até mais 15 (quinze) dias corridos, não ultrapassando o limite de 30 (trinta) dias corridos.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 20.3.1** A prorrogação será mediante solicitação e justificativa enviada por e-mail (fiscal.contratos@araucaria.pr.leg.br) e/ou devidamente protocolada na Câmara Municipal de Araucária, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis do vencimento do prazo.
- I)** A justificativa será analisada pela Fiscalização, que concederá ou não a prorrogação conforme critérios da Administração;
 - II)** O prazo de resposta para pedidos de prorrogação são de 02 (dois) dias úteis;
 - III)** Fica a Fiscalização de Contratos (fiscal.contratos@araucaria.pr.leg.br) responsável por comunicar por correio eletrônico (e-mail) a decisão ao requerente;
 - IV)** O prazo da entrega tem seu início de contagem a partir da data de envio da Ordem de Compra (data que consta no documento encaminhado via correio eletrônico ao fornecedor);
 - V)** O prazo da prorrogação terá seu início informado no documento expedido que a autorizar.
- 20.4** O item que não atender as especificações do Termo de Referência será devolvido, ficando o fornecedor obrigado a substituir o produto diretamente a CMA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação formal da contratada.
- 20.5** Os itens deverão ser entregues mediante recebimento da Ordem de Compra acompanhada da nota fiscal para conferência, que ocorrerá no ato da entrega na CMA por servidor competente (fiscal do contrato).
- 20.6** Horário para entrega dos produtos das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30, nos dias de expediente.
- 20.7** Os itens serão entregues no seguinte endereço: Rua Irmã Elizabeth Werka, 55 CEP 83704-580, no bairro do Fazenda Velha, na Cidade de Araucária, PR, no Edifício da Câmara Municipal de Araucária.
- 20.8** O objeto deverá estar rigorosamente de acordo com o que foi especificado neste Termo de Referência.

21 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 21.1** A mercadoria deverá ser entregue acompanhada da seguinte documentação:
- I)** Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente. Na Nota Fiscal, conforme Regime Tributário da Contratada, deve vir especificado a retenção de Imposto de Renda (IR) ou/e outros impostos devidos.
 - II)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - III)** Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
 - IV)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - V)** Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa vencedora.
- 21.2** A Nota Fiscal e demais certidões também deverão ser encaminhadas via e-mail para: fiscal.contratos@araucaria.pr.leg.br.
- 21.3** Observado o disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, e Resolução nº. 91/2023 de 30 de março de 2023 (Capítulo XXII), o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:
- I)** Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da entrega pelo CONTRATADO, para posterior análise da conformidade com as especificações e qualidade do objeto (a ser verificada pela Fiscalização de Contratos em conjunto com o Setor Solicitante);



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- a) No caso de consideradas insatisfatórias as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado o Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o mesmo ser novamente executado, conforme critérios a serem estabelecidos pelo Setor Solicitante.
 - b) Após notificação, à CONTRATADA deverá providenciar as correções do objeto imediatamente após ser notificado pela Fiscalização de Contratos, com o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação formal da contratada.
 - c) Caso as correções não ocorram no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas no item 16 deste Edital.
- II) Definitivamente, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do CONTRATADO, após a verificação e análise da qualidade do objeto e consequente aceitação, pela Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos.**
- 21.4** Por ocasião da entrega do objeto, a CONTRATADA deverá colher o Termo de Recebimento Provisório, emitido pela Fiscalização de Contratos.
- 21.5** No ato do recebimento, a Fiscalização de Contratos fará a verificação dos itens adquiridos.
- 21.6** Constatadas irregularidades no objeto contratual, a CONTRATANTE poderá:
- I)** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte;
 - II)** Rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, e será lavrado Termo de Recusa, apontando as falhas constatadas.
- 21.7** O recebimento provisório ou definitivo do produto não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO pela solidez, qualidade e segurança do objeto e nem ético-profissional pela perfeita execução do mesmo;
- 21.8** O recebimento definitivo dar-se-á:
- I)** Após a verificação física que constate a integridade dos itens;
 - II)** Após a verificação da conformidade com as quantidades e especificações (descritivos) constantes no Termo de Referência;
 - III)** Após a verificação da adequação das certidões que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista do contratado.
- 21.9** Satisfeitas as exigências e condições previstas, lavrar-se-á o Termo de recebimento Definitivo, assinado pela Chefia da Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos.
- 21.10** Concluída a etapa de recebimento realizar-se-á a liquidação da despesa que ocorrerá em até 03 (três) dias úteis.

22 DO PAGAMENTO

- 22.1** O pagamento ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis, após lavrado Termo de Recebimento Definitivo, ateste da Nota Fiscal e das certidões, observada a ordem cronológica conforme definido no art. 141 da Lei 14.133/2021.
- 22.2** O pagamento será realizado através de Ordem Bancária, em conta e agência bancária a ser especificada pela CONTRATADA na Nota Fiscal.
- 22.3** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 22.4** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 22.5** Independentemente do percentual de tributo inserido serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 22.6** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 22.7** Na apresentação do Termo de Recebimento Definitivo pela Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos poderá ser realizado o devido pagamento, mesmo com a ausência de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista. Contudo, será aberto o devido processo administrativo que poderá acarretar sanção, rescisão contratual, além das penalidades previstas em lei.

23 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 23.1** As despesas decorrentes deste pregão correrão pela dotação orçamentária conforme segue:

Itens 01, 02 e 03		
Órgão: 01 – Câmara Municipal de Araucária	Unidade: 001 - Câmara de Vereadores	
Função: 01 – Legislativa	Subfunção: 031 - Ação Legislativa	
Programa: 0002 – Programa Apoio Legislativo		
Ação orçamentária: 2003 - Manter e aprimorar a estrutura administrativa		
Elemento da despesa orçamentária (3): 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO		
Referência: 1202	Vínculo (Fonte): 001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	Exercício: Corrente
Reservado: SIM	Nº da Reserva: 96/2026	Saldo da dotação (após reserva): R\$ 554.282,98
Código e título do desdobramento: 3.3.90.30.07.99 – OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		
Descrição do desdobramento (Plano de Contas TCE/PR 2026): Registrar o valor das despesas com gêneros de alimentação exclusivamente para copa e cantina de servidores.		
Classificação institucional e Funcional-programática: 01.001.01.031.0002.2003.3.3.90.30.07.99		

Itens 04		
Órgão: 01 – Câmara Municipal de Araucária	Unidade: 001 - Câmara de Vereadores	
Função: 01 – Legislativa	Subfunção: 031 - Ação Legislativa	
Programa: 0002 – Programa Apoio Legislativo		
Ação orçamentária: 2003 - Manter e aprimorar a estrutura administrativa		
Elemento da despesa orçamentária (3): 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO		
Referência: 1202	Vínculo (Fonte): 001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	Exercício: Corrente
Reservado: SIM	Nº da Reserva: 97/2026	Saldo da dotação (após reserva): R\$ 549.725,48
Código e título do desdobramento: 3.3.90.30.04.00 – GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		
Descrição do desdobramento (Plano de Contas TCE/PR 2026): Registrar o valor das despesas com gases de uso industrial, de tratamento de água, de iluminação, destinados a recarga de extintores de incêndio, de uso médico, bem como os gases nobres para uso em laboratório científico, tais como: acetileno, carbônico freon, hélio, hidrogênio, liquefeito de petróleo, nitrogênio, oxigênio e afins.		
Classificação institucional e Funcional-programática: 01.001.01.031.0002.2003.3.3.90.30.04.00		

24 DA FISCALIZAÇÃO

- 24.1** Fica sob responsabilidade da Câmara de Vereadores de Araucária, por meio do Fiscal de Contratos Helton Fabio Farias, Matrícula nº. 2032-1 e CPF nº. 009.XXX.XXX-09 ou, quando



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

necessário, a Fiscal Substituta Rosimaria Araújo da Silva, Matrícula nº 2054 e CPF nº 829.XXX.XXX.49, acompanhar a execução da entrega, registrar em relatório todas as ocorrências relacionadas com a sua execução e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

25 DA GESTÃO DE CONTRATOS

- 25.1** Fica sob responsabilidade da Câmara de Vereadores de Araucária, por meio do(a) Gestor(a) Lucivanda Silva Camargo, CPF 489.XXX.XXX-20 (Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos), tomar providências para a formalização de Processo Administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções conforme art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

26 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 26.1** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 26.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 26.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 26.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 26.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 26.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 26.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 26.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 26.9** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 26.10** As sanções administrativas passíveis de aplicação, após a homologação do certame licitatório, serão de acordo com as condições estabelecidas no item 16 deste Edital.
- 26.11** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.araucaria.pr.leg.br> - Portal da Transparência – Compras/Licitações, ou:

<https://camaraaraucaria.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>

<https://www.gov.br/compras/pt-br/>

código UASG: 926434.

- 26.12** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Rua Irmã Elizabeth Werka, 55 – Fazenda Velha – CEP 83.704-580 – Araucária – Paraná – Fone/Fax: (41) 3641-5200



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- Anexo I Quadro de quantidades, especificações e condições gerais;
Anexo II Termo de Referência;
Anexo III Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública;
Anexo IV Modelo de Proposta;
Anexo V Modelo de Declaração de Indicação de Representante Legal;
Anexo VI Minuta de Ata de Registro de Preço.

Araucária, 12 de maio de 2026.

EDUARDO RODRIGO CASTILHOS
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

ANEXO I – QUADRO DE QUANTIDADES, ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS

1 DAS ESPECIFICAÇÕES

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QTDE MIN.	QTDE MÁX	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Carga de água mineral sem gás em garrafão de 20 L (vinte litros). Na data da entrega, o produto deverá conter no mínimo 03 (três) meses de validade, devendo atender as Normas e Documentos de Referência do Inmetro, da Portaria nº 36/90 e Resolução nº 25/76. Prazo de validade do galão: Máximo 03 (três) anos (Conforme Portaria 128/2011, do Departamento Nacional de Produção Mineral), a contar da data de entrega.	445485	Garrafão (20 litros)	1000	3000	R\$ 15,32	R\$ 45.960,00
02	Água mineral garrafa de aproximadamente 500 ml (quinhentos mililitros) com gás – Na data da entrega, o produto deverá conter no mínimo 03 (três) meses de validade, devendo atender as Normas e Documentos de Referência do Inmetro, da Portaria nº 36/90 e Resolução nº 25/76.	445479	Fardo (com 12 unid. cada)	500	1000	R\$ 17,26	R\$ 17.260,00
03	Água mineral, sem gás, em copo de aproximadamente 200 ml (duzentos mililitros) – Na data da entrega, o produto deverá conter no mínimo 03 (três) meses de validade, devendo atender as Normas e Documentos de Referência do Inmetro, da Portaria nº 36/90 e Resolução nº 25/76.	445484	Caixa (com 48 unid. cada)	200	400	R\$ 37,53	R\$ 15.012,00
04	Carga de gás liquefeito de petróleo (GLP) engarrafado tipo butano (para cozinha), em botijão de 45 kg (quarenta e cinco quilos). As cargas deverão possuir rótulos indicando prazo de validade e lacre de garantia, devendo estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e da ANP (Agência Nacional de Petróleo). Prazo de validade do gás (a constar no rótulo): Ano atual ou posterior, a contar da data de entrega. Prazo de validade do botijão (a constar em alto-relevo no recipiente): não ultrapassar 15 (quinze) anos a contar da data de entrega.	461650	Carga (45 Kg)	5	10	R\$ 455,75	R\$ 4.557,50
VALOR TOTAL							R\$ 82.789,50

2 CONDIÇÕES GERAIS

- 2.1** Os orçamentos deverão vir datados e com prazo mínimo de vencimento de 60 (sessenta) dias, a contar da data de envio.
- 1.1** O preço unitário e total deverá ser expresso em moeda corrente nacional.
- 2.1** Deverá ser apresentada a marca do produto, o preço unitário, o total de cada item cotado para as quantidades estimadas.
- 2.1** Na nota fiscal, os itens deverão estar com indicação da marca proposta pela empresa.
- 2.1** A contratada compromete-se a substituir ou repor o produto quando este não coincidir qualitativamente com as especificações do termo de referência/Edital;
- 2.1** O(s) item(ns) deverá(ão) ser entregue(s) na Câmara Municipal de Araucária, na Rua Irmã Elizabeth Werka, 55, Fazenda Velha, no horário das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30, nos dias de expediente, **no Setor de Almoxarifado.**



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 2.1** Quaisquer produtos deste termo de referência devem atender as normas específicas, ou se as normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO;
- 2.1** É imprescindível, constar na embalagem externa, os dados referentes à data de fabricação, descrição do lote, prazo de validade, descrição do material, razão social e o nº do CNPJ do fabricante no objeto;
- 2.2** Não serão recebidos/admitidos os materiais cujo acondicionamento (embalagem) apresentar sinais de violações e/ou avarias.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

TERMO DE REFERÊNCIA

(Lei 14.133/2021)

PROCESSO DIGITAL: 35.896/2026

1 DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Registro de preços, visando a aquisição de água mineral (galão 20 litros e copo - 200 ml), água com gás (garrafa de 500 ml) e recarga de gás P45– de forma fracionada - para atender ao setor de Copa e assegurar ao público interno e externo o fornecimento de água, assim como o gás para a fervura de água (café, chá e demais), tendo em vista que se tratam de bens de consumo contínuo, haja vista que a água mineral é um produto indispensável à manutenção da hidratação e saúde de todo ser humano, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 A contratação se dará por itens, conforme tabela constante abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CAT-MAT	UNID.	QTDE MIN.	QTDE MÁX	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Carga de água mineral sem gás em garrafão de 20 L (vinte litros). Na data da entrega, o produto deverá conter no mínimo 03 (três) meses de validade, devendo atender as Normas e Documentos de Referência do Inmetro, da Portaria nº 36/90 e Resolução nº 25/76. Prazo de validade do galão: Máximo 03 (três) anos (Conforme Portaria 128/2011, do Departamento Nacional de Produção Mineral), a contar da data de entrega.	445485	Garrafão (20 litros)	1000	3000	R\$ 15,32	R\$ 45.960,00
02	Água mineral garrafa de aproximadamente 500 ml (quinhentos mililitros) com gás – Na data da entrega, o produto deverá conter no mínimo 03 (três) meses de validade, devendo atender as Normas e Documentos de Referência do Inmetro, da Portaria nº 36/90 e Resolução nº 25/76.	445479	Fardo (com 12 unid. cada)	500	1000	R\$ 17,26	R\$ 17.260,00
03	Água mineral, sem gás, em copo de aproximadamente 200 ml (duzentos mililitros)– Na data da entrega, o produto deverá conter no mínimo 03 (três) meses de validade, devendo atender as Normas e Documentos de Referência do Inmetro, da Portaria nº 36/90 e Resolução nº 25/76.	445484	Caixa (com 48 unid. cada)	200	400	R\$ 37,53	R\$ 15.012,00
04	Carga de gás liquefeito de petróleo (GLP) engarrafado tipo butano (para cozinha), em botijão de 45 kg (quarenta e cinco quilos). As cargas deverão possuir rótulos indicando prazo de validade e lacre de garantia, devendo estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e da ANP (Agência Nacional de Petróleo). Prazo de validade do gás (a constar no rótulo): Ano atual ou posterior, a contar da data de entrega. Prazo de validade do botijão (a constar em alto-relevo no recipiente): não	461650	Carga (45 Kg)	5	10	R\$ 455,75	R\$ 4.557,50

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 12/05/2026 14:44 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/paa64706d360fd>





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

	ultrapassar 15 (quinze) anos a contar da data de entrega.						
VALOR TOTAL							R\$ 82.789,50

- 1.3** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Resolução nº. 91/2023 de 30 de março de 2023, que regulamentou a Lei nº. 14.133/2021 no âmbito do Poder Legislativo do Município de Araucária-PR.
- 1.4** Os bens, objeto desta contratação, caracterizam-se como sendo de natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, na forma do inciso XIII do artigo 6º da Lei 14.133/2021, conforme justificativa constante no Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº. 06/2026 da Diretoria Administrativa e Folha de Informação de deferimento e abertura de Processo da Presidência.
- 1.5** O(s) item(ns) objeto desta contratação é (são) classificado(s) como contínuo(s), decorrente(s) de necessidades permanentes para manutenção da atividade administrativa do órgão, conforme justificativa constante no Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 06/2026.
- 1.6** A aquisição dos itens é legalmente amparada pela Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Resolução nº 91/2023 que regulamentou a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 no âmbito da Câmara Municipal de Araucária e subsidiariamente pelo Decreto Municipal nº. 39.132/2023, que regulamentou no âmbito da Administração Pública municipal, direta, autárquica e fundacional do Município de Araucária a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.
- 1.7** O prazo de entrega dos itens será de até 15 (quinze) dias corridos, em remessa única, prorrogáveis por até mais 15 (quinze) dias corridos, não ultrapassando o limite de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de emissão da Ordem de Compra e/ou instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 1.8** As especificações técnicas que orientam o objeto deste Termo de Referência (TR) estão contidas no ANEXO I deste TR.

2 DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1** Conforme Resolução nº 91/2023, Art. 6º, foi elaborado o Estudo Técnico Preliminar (ETP) n. 05/2026 (ANEXO II deste Termo de Referência).

3 DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026 (Grupo 1 – Materiais de Consumo)
- 3.2** Os itens deverão ser entregues acondicionados e entregues em embalagens condizentes com o seu conteúdo.
- 3.3** Os requisitos da aquisição devem contemplar as exigências que a solução contratada deverá atender, incluindo os requisitos mínimos de qualidade e garantia, de modo a possibilitar a seleção da proposta mais vantajosa mediante competição.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

4 DA JUSTIFICATIVA

- 4.1** A presente justificativa tem por finalidade demonstrar a necessidade de aquisição de água mineral natural, sendo galões de 20 (vinte) litros sem gás, copos de 200 (duzentos) ml sem gás e garrafas de 500 (quinhentos) ml com gás, destinados ao atendimento das demandas da Câmara Municipal de Araucária. A disponibilização de água mineral é essencial para garantir condições adequadas de consumo de água potável aos vereadores, servidores, colaboradores, estagiários e munícipes que frequentam diariamente as dependências desta Casa Legislativa. Trata-se de item de consumo básico, diretamente relacionado ao bem-estar, saúde e qualidade das atividades desenvolvidas no ambiente institucional.
- 4.2** Os galões de 20 litros de água mineral sem gás destinam-se principalmente ao abastecimento de bebedouros instalados nos diversos setores administrativos e gabinetes parlamentares, garantindo o acesso contínuo à água potável durante o expediente de trabalho.
- 4.3** Os copos de 200 ml de água mineral sem gás são utilizados especialmente em reuniões institucionais, sessões plenárias, eventos oficiais, atendimentos ao público e demais atividades administrativas, proporcionando praticidade, higiene e facilidade de distribuição aos participantes.
- 4.4** Já as garrafas de 500 ml de água mineral com gás destinam-se ao atendimento de reuniões oficiais, recepção de autoridades, eventos institucionais e atividades protocolares, atendendo à demanda por essa modalidade de bebida, comumente disponibilizada em ambientes formais e institucionais. Destaca-se que a aquisição de água mineral industrializada atende às normas sanitárias vigentes e garante a procedência, qualidade e segurança do produto destinado ao consumo humano, conforme regulamentação dos órgãos competentes.
- 4.5** Quanto a aquisição de botijões de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), no modelo P45, o mesmo é destinado ao atendimento das demandas operacionais da Câmara Municipal de Araucária, sendo amplamente utilizado como fonte de energia para cocção de alimentos e aquecimento em ambientes institucionais, sendo indispensável para o funcionamento adequado das copas, cozinhas e demais espaços de apoio existentes nas dependências da Câmara Municipal. Esses ambientes são utilizados diariamente para preparação de café, chás e eventuais alimentos destinados aos vereadores, servidores, colaboradores e visitantes, bem como para suporte a reuniões institucionais, sessões legislativas e eventos oficiais promovidos por esta Casa de Leis.
- 4.6** Os botijões do tipo P45, por apresentarem maior capacidade de armazenamento de gás, são indicados para locais com maior demanda de consumo, contribuindo para maior autonomia de uso e redução da frequência de substituições, garantindo continuidade no fornecimento de energia para os equipamentos que utilizam GLP. Ressalta-se que a aquisição do GLP deverá observar as normas técnicas e de segurança vigentes, bem como a regulamentação aplicável da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e demais órgãos competentes, garantindo a qualidade do produto e a segurança no armazenamento e utilização.
- 4.7** Dessa forma, a contratação para fornecimento dos referidos produtos se mostra necessária para assegurar o adequado funcionamento das atividades administrativas, legislativas e do Setor de Copa, bem como para manter condições adequadas de atendimento ao público e às autoridades que frequentam esta Casa de Leis.
- 4.8** Ante o exposto, justifica-se a realização de procedimento administrativo para aquisição de





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

água mineral e gás de cozinha nas especificações mencionadas, visando atender às necessidades institucionais da Câmara Municipal de Araucária.

5 DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1 Conforme art. 6º, XXIII, “c” da Lei nº 14.133/21 o ciclo de vida do objeto aqui solicitado possui a descrição da solução considerando as características intrínsecas ao seu uso e também eventual sustentabilidade de sua produção, duração de sua utilização até a destinação final.

5.2 Conforme Resolução nº 91, de 30 de março de 2023, o ciclo de vida do objeto licitado será com base na modelagem de contratação mais vantajosa, incluso as análises/formalizações internas (Planejamento de Contratação e Documentos de Formalização de Demandas), parâmetros de atas de Registro de Preços anteriores e demais informações/métodos previstos em legislação vigente.

5.3 O ciclo de vida compõe todas as etapas da cadeia de produção, desde a extração da matéria prima até o descarte final do produto. A análise do ciclo de vida considera o impacto ambiental do produto em todos os seus estágios – desde a extração da matéria prima, seu processamento para transformação em produto, transporte, uso/reuso/reciclagem, até o seu descarte final – visando a minimizar ao máximo o dano ambiental.

I) Decreto-Lei n. 7.841 de 8 de agosto de 1945 – Código de Águas Minerais

5.4 As fases do ciclo de vida dos itens 1 (um) a 3 (três) – água mineral são: captação > tratamento > engarrafamento > distribuição > consumo > tratamento de águas residuais > destinação final (descarte correto das embalagens).

5.5 As fases do ciclo de vida do item 4 (quatro) – gás de cozinha são: exploração > desenvolvimento > início de vida (produção) > maturidade > engarrafamento > uso > destinação final (descarte correto das embalagens).

6 DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1 Para a contratação do referido objeto, devem ser atendidas, conforme o caso, as Normas abaixo:

6.2 Devem ser atendidos os requisitos constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis_2025.pdf.

6.3 Devem ser atendidos os requisitos constantes na RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA da ANVISA, RDC Nº 173, DE 13 DE SETEMBRO DE 2006 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural e de Água Natural e a Lista de Verificação das Boas Práticas para Industrialização e Comercialização de Água Mineral Natural e de Água Natural. Lei nº 12.305/2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos.

6.4 O uso adequado dos materiais a serem adquiridos, bem como a correta destinação final desses materiais quando inservíveis, evitará danos ao meio ambiente e às pessoas. Recomenda-se que tais itens sejam reutilizados sempre que possível e, quando do descarte, observados os procedimentos ambientalmente adequados, de modo a evitar desperdícios e reduzir impactos





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

ambientais.

7 DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- I)** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- II)** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- III)** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja validade e autenticidade deverão ser confirmadas mediante verificação do QR Code constante no documento apresentado;
- IV)** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- V)** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- VI)** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- VII)** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- VIII)** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- IX)** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2 DA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- I)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- II)** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- III) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- IV) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- V) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- VI) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- VII) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- VIII) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- IX) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- I) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação, ou de sociedade simples;
- II) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso;
- III) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

7.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- I) Comprovação de aptidão para o fornecimento dos itens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- II) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- III) Deverá haver a comprovação da experiência no fornecimento e/ou água mineral e/ou gás de cozinha.
- IV) Os atestados deverão referir-se ao fornecimento no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, especificamente na área de fornecimento de águas minerais e gás de cozinha.
- V) Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

fornecimento de água mineral e/ou gás (GLP), a apresentação de diferentes atestados relativos a fornecimentos realizados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

- VI)** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte ao fornecimento, endereço atual da contratante e local em que se deram as entregas.
- VII)** Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- VIII)** Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;
- IX)** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8 DA GARANTIA DOS ITENS

- 8.1** A garantia mínima está descrita separadamente (por item), conforme subitem 1.2 (quadro de especificações).

9 DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

- 9.1** Não será exigida amostra para os materiais a serem adquiridos.

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1** Emitir Ordem de Compra/Empenho.
- 10.2** Encaminhar para a CONTRATADA, Ordem de Compra em arquivo digital, via correio eletrônico (através do e-mail: compras@araucaria.pr.leg.br);
- 10.3** Efetuar o pagamento após os itens recebidos definitivamente;
- 10.4** Aprovar ou reprovar os itens, após a vistoria e entrega dos mesmos;
- 10.5** Supervisionar, fiscalizar e atestar a entrega dos itens pela CONTRATADA;
- 10.6** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE terá, em especial, poderes para acompanhar e sustar a entrega dos itens que estejam em desacordo com especificações, normas ou sua orientação;
- 10.7** Notificar a CONTRATADA por escrito, através da Fiscalização de Contratos, em caso de inconformidades.
- 10.8** Aplicar à CONTRATADA, eventuais penalidades por meio da Gestão de Contratos, garantindo o contraditório e a ampla defesa.
- 10.9** Garantir o livre acesso às dependências da Câmara Municipal de Araucária aos funcionários da empresa durante o horário estipulado para a entrega dos itens.

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 11.1** Acusar o recebimento da Ordem de Compra via correio eletrônico (compras@araucaria.pr.leg.br).
- 11.2** Cumprir fielmente os prazos de entrega estabelecidos no Termo de Referência.
- 11.3** Fornecer o objeto em conformidade com o ANEXO I deste Termo de Referência.
- 11.4** Responsabilizar-se pela substituição de produtos que não estejam compatíveis com as especificações, sob suas expensas, em conformidade com o art. 119 da Lei nº 14.133/2021, nos prazos constantes no item 15 deste Termo de Referência.
- 11.5** Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos decorrentes de paralisação parcial ou total da entrega dos itens.
- 11.6** Responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou terceiros por culpa de defeitos ocultos, descobertos futuramente, nos itens adquiridos.
- 11.7** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não elimina em hipótese alguma, a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito estado dos materiais entregues. O fato de os itens não serem entregues de acordo com as normas e/ou descrição, não significa tolerância ou aquiescência por parte da fiscalização de contratos. Os erros devem ser evitados ou imediatamente corrigidos.

12 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1.1** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a ARP, cujo prazo de validade se encontra nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 12.1.2** A ARP será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 12.1.3** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 12.1.4** O prazo de vigência da ata de registro de preços, contando a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Diário Oficial do Município, será de 01 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme Decreto Municipal nº 39.132 de 2023.
- 12.1.5** O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.
- 12.1.6** Na hipótese de o convocado não assinar a ARP no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.2 DO REGISTRO DE PREÇOS





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 12.3** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ARP.
- 12.4** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 12.5** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 12.6** Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a CMA convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
- 12.7** Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 12.8** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
- 12.9** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento (emissão da Ordem de Compra), a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:
- I.** A possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
 - II.** A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ARP e da Administração Pública;
 - III.** Seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
- 12.10** A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ARP, cabendo a Fiscalização de Contratos a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 12.11** Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Fiscalização de Contratos e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
- 12.12** Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 12.13** DA INEXECUÇÃO E CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

12.13.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado, conforme disposto no art. 305 do Decreto Municipal nº 39.132/2023, pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

- I.** For liberado;
- II.** Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- III.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV.** Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133 de 2021;
- V.** Não aceitar o preço revisado pela Administração.

12.13.2 A ARP será cancelada, total ou parcialmente, conforme disposto no art. 306 do Decreto Municipal nº 39.132/2023, pelo órgão gerenciador:

- I.** Pelo decurso do prazo de vigência;
- II.** Pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- III.** Por fato superveniente, decorrente força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
- IV.** Por razões de interesse público, devidamente justificadas.
- V.** O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.
- VI.** No caso de cancelamento da ARP por iniciativa da Administração, conforme disposto no art. 307 do Decreto Municipal nº 39.132/2023, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- VII.** Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem VI, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

12.14 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.14.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- I.** Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- II.** Dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

12.14.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.14.3 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.14.4 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.14.5 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- I.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- II.** Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços,





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.14.6 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- I.** Convocar os licitantes que mantiverem sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário, conforme §3º do art. 303 do Decreto 39.132/2023.
- II.** A Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório, conforme o Decreto 39.132/2023.
- III.** A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de penalidades administrativas.

12.14.7 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ARP, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

12.14.8 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14.9 É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

12.14.10 O registro do preço do fornecedor será cancelado conforme disposto no art. 305 do Decreto Municipal nº 39.132/2023, pela CMA, conforme subitem 12.13.1 deste termo de referência.

13 DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

14 DAS GARANTIAS CONTRATUAIS

14.1 Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15 DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

15.1 O prazo de entrega do objeto tem seu início através da solicitação de entrega dos itens (envio da ordem de Compra).

15.2 O prazo legal de validade da Ordem de Compra é de 30 (trinta) dias corridos

15.3 O prazo para entrega dos itens será de até 15 (quinze) dias corridos, em remessa única, prorrogáveis por até mais 15 (quinze) dias corridos, não ultrapassando o limite de 30 (trinta)





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

dias corridos.

- I.** A prorrogação será mediante solicitação e justificativa enviada por e-mail (fiscal.contratos@araucaria.pr.leg.br) e/ou devidamente protocolada na Câmara Municipal de Araucária, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis do vencimento do prazo.
- a)** A justificativa será analisada pela Fiscalização, que concederá ou não a prorrogação conforme critérios da Administração.
 - b)** O prazo de resposta para pedidos de prorrogação são de 02 (dois) dias úteis.
 - c)** Fica a Fiscalização de Contratos (fiscal.contratos@araucaria.pr.leg.br) responsável por comunicar por correio eletrônico (e-mail) a decisão ao requerente.
 - d)** O prazo da entrega tem seu início de contagem a partir da data de envio da Ordem de Compra (data que consta no documento encaminhado via correio eletrônico ao fornecedor).
 - e)** O prazo da prorrogação terá seu início informado no documento expedido que a autorizar.

- 15.4** O item que não atender as especificações do Termo de Referência será devolvido, ficando o fornecedor obrigado a substituir o produto diretamente a CMA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após ser notificado.
- 15.5** Os itens deverão ser entregues mediante recebimento da Ordem de Compra acompanhada da nota fiscal para conferência, que ocorrerá no ato da entrega na CMA por servidor competente (fiscal do contrato).
- 15.6** Horário para entrega dos produtos das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30, nos dias de expediente.
- 15.7** Os itens serão entregues no seguinte endereço: Rua Irmã Elizabeth Werka, 55 CEP 83704-580, no bairro do Fazenda Velha, na Cidade de Araucária, PR, no Edifício da Câmara Municipal de Araucária.
- 15.8** O objeto deverá estar rigorosamente de acordo com o que foi especificado neste Termo de Referência.

16 DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATOS

- 16.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 16.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.
- 16.3** As comunicações entre a CMA e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, garantida a inclusão do conteúdo da mesma aos autos.
- 16.4** A dinâmica da Gestão e da Fiscalização da presente contratação seguirá as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 28/2023 da CMA.
- 16.5** O contrato é obrigatório, salvo em compras com entrega imediata e integral dos bens





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, conforme inciso II do art. 95 da Lei Federal n. 14.133/2021.

17 DA FISCALIZAÇÃO

- 17.1** Fica sob responsabilidade da Câmara de Vereadores de Araucária, por meio do Fiscal de Contratos Helton Fabio Farias, Matrícula nº. 2032-1 e CPF nº. 009.XXX.XXX-09 ou, quando necessário, a Fiscal Substituta Rosimaria Araújo da Silva, Matrícula nº 2054 e CPF nº 829.XXX.XXX.49, acompanhar a execução da entrega, registrar em relatório todas as ocorrências relacionadas com a sua execução e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

18 DA GESTÃO DE CONTRATOS

- 18.1** Fica sob responsabilidade da Câmara de Vereadores de Araucária, por meio do(a) Gestor(a) Lucivanda Silva Camargo, CPF 489.XXX.XXX-20 (Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos), tomar providências para a formalização de Processo Administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções conforme art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

19 DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

- 19.1** A mercadoria deverá ser entregue acompanhada da seguinte documentação:
- I.** Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente. Na Nota Fiscal, conforme Regime Tributário da Contratada, deve vir especificado a retenção de Imposto de Renda (IR) ou/e outros impostos devidos.
 - II.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - III.** Certidão de Regularidade do FGTS-CRF;
 - IV.** Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - V.** Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa vencedora.
- 19.2** A Nota Fiscal e demais certidões também deverão ser encaminhadas via e-mail para: fiscal.contratos@araucaria.pr.leg.br.
- 19.3** Observado o disposto no artigo 140 da Lei nº 14.133/2021 e Resolução nº. 91/2023 de 30 de março de 2023 (Capítulo XXII), o recebimento do objeto desta contratação será realizado da seguinte forma:
- I.** Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da entrega pelo CONTRATADO, para posterior análise da conformidade com as especificações e qualidade do objeto (a ser verificada pela Fiscalização de Contratos em conjunto com o Setor Solicitante);
 - a)** No caso de consideradas insatisfatórias as condições do objeto recebido provisoriamente, será lavrado o Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o mesmo ser novamente substituído/corrigido conforme critérios a serem estabelecidos pelo Setor Solicitante.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- b) Após notificação, à CONTRATADA deverá providenciar as correções do objeto imediatamente após ser notificado pela Fiscalização de Contratos, com o prazo de 05 (cinco) dia(s) útil(eis).
 - c) Caso as correções não ocorram no prazo determinado, estará a CONTRATADA incorrendo em atraso na entrega e sujeita à aplicação das sanções previstas no Edital.
 - II. Definitivamente, em até 30 (trinta) dias da comunicação escrita do CONTRATADO, após a verificação e análise da qualidade do objeto e consequente aceitação, pela Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos.
 - 19.4 Por ocasião da entrega do objeto, a CONTRATADA deverá colher o Termo de Recebimento Provisório, emitido pela Fiscalização de Contratos.
 - 19.5 No ato do recebimento, a Fiscalização de Contratos fará a verificação dos itens adquiridos.
 - 19.6 Constatadas irregularidades no objeto contratual, a CONTRATANTE poderá:
 - I. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte;
 - II. Rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, e será lavrado Termo de Recusa, apontando as falhas constatadas.
 - 19.7 O recebimento provisório ou definitivo do produto não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO pela solidez, qualidade e segurança do objeto e nem ético-profissional pela perfeita execução do mesmo.
 - 19.8 O recebimento definitivo dar-se-á:
 - I. Após a verificação física que constate a integridade dos itens;
 - II. Após a verificação da conformidade com as quantidades e especificações (descritivos) constantes no Termo de Referência;
 - III. Após a verificação da adequação das certidões que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista do contratado.
 - 19.9 Satisfeitas as exigências e condições previstas, lavrar-se-á o Termo de recebimento Definitivo, assinado pela Chefia da Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos.
 - 19.10 Concluída a etapa de recebimento realizar-se-á a liquidação da despesa que ocorrerá em até 03 (três) dias úteis.

20 DO PAGAMENTO

- 20.1 O pagamento ocorrerá em até 05 (cinco) dias úteis, após lavrado Termo de Recebimento Definitivo, ateste da Nota Fiscal e das certidões, observada a ordem cronológica conforme definido no art. 141 da Lei 14.133/2021.
- 20.2 O pagamento será realizado através de Ordem Bancária, em conta e agência bancária a ser especificada pela CONTRATADA na Nota Fiscal.
- 20.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 20.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 20.5 Independentemente do percentual de tributo inserido serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 20.6** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 20.7** Na apresentação do Termo de Recebimento Definitivo pela Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos que apresente a ausência de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, excepcionalmente, poderá ser realizado o devido pagamento. Contudo, será aberto o devido processo administrativo que poderá acarretar em sanção, rescisão contratual, além das penalidades previstas em lei.

21 DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 21.1** O CONTRATADO será selecionado por meio da realização de licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, pelo critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, com adoção do Sistema de Registro de Preços, com fundamento na hipótese amparado pela Lei 14.133/2021.
- 21.2** O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

22 DAS ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 22.1** O valor máximo total para a contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pela Câmara Municipal de Araucária será de **R\$ 82.789,50 (oitenta e dois mil, setecentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos)**.
- 22.2** Em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Artigo 23 e seu § 1º, inciso II, III e V, e Resolução nº.91/2023, considerando as fontes de consulta apresentadas na planilha supra colacionada, o preço máximo foi obtido através da mediana/média dos preços unitários.
- 22.3** Estes valores são considerados adequados e condizentes com os preços praticados no mercado, garantindo a efetivação da contratação com qualidade e economicidade para a Administração Pública.

23 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 23.1** A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Itens 01, 02 e 03		
Órgão: 01 – Câmara Municipal de Araucária	Unidade: 001 - Câmara de Vereadores	
Função: 01 – Legislativa	Subfunção: 031 - Ação Legislativa	
Programa: 0002 – Programa Apoio Legislativo		
Ação orçamentária: 2003 - Manter e aprimorar a estrutura administrativa		
Elemento da despesa orçamentária (3): 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO		
Referência: 1202	Vínculo (Fonte): 001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	Exercício: Corrente
Reservado: SIM	Nº da Reserva: 96/2026	Saldo da dotação (após reserva): R\$ 554.282,98
Código e título do desdobramento: 3.3.90.30.07.99 – OUTRAS DESPESAS COM GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		
Descrição do desdobramento (Plano de Contas TCE/PR 2026): Registrar o valor das despesas com gêneros de alimentação exclusivamente para copa e cantina de servidores.		





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

Classificação institucional e Funcional-programática: 01.001.01.031.0002.2003.3.3.90.30.07.99

Itens 04		
Órgão: 01 – Câmara Municipal de Araucária	Unidade: 001 - Câmara de Vereadores	
Função: 01 – Legislativa	Subfunção: 031 - Ação Legislativa	
Programa: 0002 – Programa Apoio Legislativo		
Ação orçamentária: 2003 - Manter e aprimorar a estrutura administrativa		
Elemento da despesa orçamentária (3): 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO		
Referência: 1202	Vínculo (Fonte): 001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)	Exercício: Corrente
Reservado: SIM	Nº da Reserva: 97/2026	Saldo da dotação (após reserva): R\$ 549.725,48
Código e título do desdobramento: 3.3.90.30.04.00 – GÁS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS		
Descrição do desdobramento (Plano de Contas TCE/PR 2026): Registrar o valor das despesas com gases de uso industrial, de tratamento de água, de iluminação, destinados a recarga de extintores de incêndio, de uso médico, bem como os gases nobres para uso em laboratório científico, tais como: acetileno, carbônico freon, hélio, hidrogênio, liquefeito de petróleo, nitrogênio, oxigênio e afins.		
Classificação institucional e Funcional-programática: 01.001.01.031.0002.2003.3.3.90.30.04.00		

Araucária, 12 de maio de 2026.



ALEXANDRE BENDLIN
SENEGAGLIA

12/05/2026 14:44:30

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada.

Responsável pela Solicitação / Diretor Setor Solicitante



DESIREE MARA PETRUY

12/05/2026 14:45:07

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada.

Divisão de Compras e Licitações

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 12/05/2026 14:44 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/paa64706d360fd>





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I - DAS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS

1 DAS ESPECIFICAÇÕES

1.1 QUADRO GERAL PARA FINS DE COTAÇÃO

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QTDE MIN.	QTDE MÁX	VALOR UNIT. (RS)	VALOR TOTAL (RS)
01	Carga de água mineral sem gás em garrafão de 20 L (vinte litros). Na data da entrega, o produto deverá conter no mínimo 03 (três) meses de validade, devendo atender as Normas e Documentos de Referência do Inmetro, da Portaria nº 36/90 e Resolução nº 25/76. Prazo de validade do galão: Máximo 03 (três) anos (Conforme Portaria 128/2011, do Departamento Nacional de Produção Mineral), a contar da data de entrega.	445485	Garrafão (20 litros)	1000	3000		
02	Água mineral garrafa de aproximadamente 500 ml (quinhentos mililitros) com gás – Na data da entrega, o produto deverá conter no mínimo 03 (três) meses de validade, devendo atender as Normas e Documentos de Referência do Inmetro, da Portaria nº 36/90 e Resolução nº 25/76.	445479	Fardo (com 12 unid. cada)	500	1000		
03	Água mineral, sem gás, em copo de aproximadamente 200 ml (duzentos mililitros) – Na data da entrega, o produto deverá conter no mínimo 03 (três) meses de validade, devendo atender as Normas e Documentos de Referência do Inmetro, da Portaria nº 36/90 e Resolução nº 25/76.	445484	Caixa (com 48 unid. cada)	200	400		
04	Carga de gás liquefeito de petróleo (GLP) en- garrafado tipo butano (para cozinha), em botijão de 45 kg (quarenta e cinco quilos). As cargas deverão possuir rótulos indicando prazo de validade e lacre de garantia, devendo estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e da ANP (Agência Nacional de Petróleo). Prazo de validade do gás (a constar no rótulo): Ano atual ou posterior, a contar da data de entrega. Prazo de validade do botijão (a constar em alto-relevo no recipiente): não ultrapassar 15 (quinze) anos a contar da data de entrega.	461650	Carga (45 Kg)	5	10		
VALOR TOTAL							

2 CONDIÇÕES GERAIS

- 2.1 O orçamento deverá vir datado e com prazo mínimo de vencimento de 60 (sessenta) dias, a contar da data de envio.
- 2.2 O preço unitário e total deverá ser expresso em moeda corrente nacional.
- 2.3 Deverá ser apresentada a marca do produto, o preço unitário, o total de cada item cotado para as quantidades totais estimadas.
- 2.4 Na nota fiscal, os itens deverão estar com indicação da marca proposta pela empresa.
- 2.5 A contratada compromete-se a substituir ou repor o produto quando este não coincidir qualitativamente com as especificações do termo de referência/Edital.
- 2.6 O(s) item(ns) deverá(ão) ser entregue(s) na Câmara Municipal de Araucária, na Rua Irmã Elizabeth Werka, 55, Fazenda Velha, no horário das 8h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30, nos dias de expediente, **no Setor de Almoxarifado**.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 2.7** Quaisquer produtos deste termo de referência devem atender as normas específicas, ou se as normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO.
- 2.8** É imprescindível, constar na embalagem externa, os dados referentes à data de fabricação, descrição do lote, prazo de validade, descrição do material, razão social e o nº do CNPJ do fabricante no objeto.
- 2.9** Não serão recebidos/admitidos materiais e/ou itens que apresentarem sinais de violações e/ou avarias em suas embalagens.





ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

N.º do Processo: 35.896/2026	ETP n.º: 05	Exercício: 2026	Data: 18/03/2026
--	-----------------------	---------------------------	----------------------------

REVISÃO			
Data	Versão	Descrição	Autores
17/03/2026	1	Primeira versão do documento	André Marcelo Simas
19/03/2026	2	Versão final do documento	Desiree M. Petruy
20/03/2026	3	Versão atualizada e Corrigida	André Marcelo Simas
24/04/2026	4	Versão final – após pareceres	Desiree M. Petruy

Departamento/Unidade: Diretoria Administrativa

Sector Requisitante: Divisão Administrativa

Responsável: Alexandre Bendlin Senegaglia

Matrícula: 7272-3

1. OBJETO

Aquisição de água mineral (galão 20 litros e copo - 200 ml), água com gás (garrafa de 500 ml) e recarga de gás P45– de forma fracionada - para atender ao setor de Copa e assegurar ao público interno e externo o fornecimento de água, assim como o gás para a fervura de água (café, chá e demais), tendo em vista que se tratam de bens de consumo contínuo, haja vista que a água mineral é um produto indispensável à manutenção da hidratação e saúde de todo ser humano, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. INTRODUÇÃO

O **Estudo Técnico Preliminar (ETP)** constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação, sendo o documento que identifica o interesse público envolvido e aponta a solução mais adequada para atendê-lo. Ele também serve como base para a elaboração do **Termo de Referência (TR)**, caso seja confirmada a viabilidade da contratação.

Neste contexto, o presente documento reúne os estudos preliminares que visam a comprovar a viabilidade técnica e econômica para aquisição de água mineral e gás GLP P45.

O objetivo é atender às demandas do Poder Legislativo Municipal e fornecer os subsídios necessários para a elaboração do TR, desde que a solução proposta se mostre viável.





3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente solicitação visa suprir as necessidades operacionais da Câmara Municipal de Araucária mediante a aquisição de água mineral e gás liquefeito de petróleo (GLP).

A aquisição de água mineral (galões de 20l e copos de 200ml sem gás; garrafas de 500ml com gás) é essencial para garantir o consumo de água potável a vereadores, servidores e munícipes. O fornecimento assegura a saúde e o bem-estar com atendimento aos requisitos sanitários e de qualidade para consumo humano. A Funcionalidade do uso de galões nos setores administrativos e gabinetes via bebedouros. A logística e protocolo, o uso de copos e garrafas em sessões plenárias, reuniões oficiais e recepção de autoridades, proporcionando higiene e praticidade.

O gás liquefeito de petróleo (GLP) – modelo P45, justifica-se pela necessidade de manutenção das atividades nas copas e cozinhas desta Casa Legislativa. Com a finalidade do preparo de café, chás e suporte a eventos institucionais.

A Eficiência: O modelo P45 oferece maior autonomia e reduz a frequência de substituições, otimizando o fluxo de trabalho. A Segurança na aquisição observará as normas da ANP e demais órgãos reguladores, garantindo a integridade do armazenamento e uso. Tais itens são de consumo básico e indispensáveis ao pleno funcionamento das atividades administrativas e legislativas. Diante do exposto, submete-se a presente justificativa para o devido procedimento de aquisição.

A presente justificativa tem por finalidade demonstrar a necessidade de aquisição de água mineral natural, sendo galões de 20 (vinte) litros sem gás, copos de 200 (duzentos) ml sem gás e garrafas de 500 (quinhentos) ml com gás, destinados ao atendimento das demandas da Câmara Municipal de Araucária. A disponibilização de água mineral é essencial para garantir condições adequadas de consumo de água potável aos vereadores, servidores, colaboradores, estagiários e munícipes que frequentam diariamente as dependências desta Casa Legislativa. Trata-se de item de consumo básico, diretamente relacionado ao bem-estar, saúde e qualidade das atividades desenvolvidas no ambiente institucional.

Os galões de 20 litros de água mineral sem gás destinam-se principalmente ao abastecimento de bebedouros instalados nos diversos setores administrativos e gabinetes parlamentares, garantindo o acesso contínuo à água potável durante o expediente de trabalho.

Os copos de 200 ml de água mineral sem gás são utilizados especialmente em reuniões institucionais, sessões plenárias, eventos oficiais, atendimentos ao público e demais atividades administrativas, proporcionando praticidade, higiene e facilidade de distribuição aos participantes.

Já as garrafas de 500 ml de água mineral com gás destinam-se ao atendimento de reuniões oficiais, recepção de autoridades, eventos institucionais e atividades protocolares, atendendo à demanda por essa modalidade de bebida, comumente disponibilizada em ambientes formais e institucionais. Destaca-se que a aquisição de água mineral industrializada atende às normas sanitárias vigentes e garante a procedência, qualidade e segurança do produto destinado ao consumo humano, conforme regulamentação dos órgãos competentes.

Quanto a aquisição de botijões de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), no modelo P45, o mesmo é destinado ao atendimento das demandas operacionais da Câmara Municipal de Araucária, sendo amplamente utilizado como fonte de energia para cocção de alimentos e aquecimento em ambientes institucionais, sendo indispensável para o funcionamento adequado das copas, cozinhas e demais espaços de apoio existentes nas dependências da Câmara Municipal. Esses ambientes são utilizados diariamente para preparação de café, chás e eventuais alimentos destinados aos vereadores, servidores, colaboradores e visitantes, bem como para suporte a reuniões institucionais, sessões legislativas e eventos oficiais promovidos por esta Casa de Leis.





Os botijões do tipo P45, por apresentarem maior capacidade de armazenamento de gás, são indicados para locais com maior demanda de consumo, contribuindo para maior autonomia de uso e redução da frequência de substituições, garantindo continuidade no fornecimento de energia para os equipamentos que utilizam GLP. Ressalta-se que a aquisição do GLP deverá observar as normas técnicas e de segurança vigentes, bem como a regulamentação aplicável da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e demais órgãos competentes, garantindo a qualidade do produto e a segurança no armazenamento e utilização.

Dessa forma, a contratação para fornecimento dos referidos produtos se mostra necessária para assegurar o adequado funcionamento das atividades administrativas, legislativas e do Setor de Copa, bem como para manter condições adequadas de atendimento ao público e às autoridades que frequentam esta Casa de Leis.

Ante o exposto, justifica-se a realização de procedimento administrativo para aquisição de água mineral e gás de cozinha nas especificações mencionadas, visando atender às necessidades institucionais da Câmara Municipal de Araucária.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos deverão atender, conforme o caso, o Art. 62 da Lei nº. 14.133/2021. Necessário mencionar que, de acordo com o Art. 92, XVI, da Lei nº. 14.133/2021, o licitante vencedor deverá manter o cumprimento dos requisitos durante toda execução da contratação. Ademais, deverá também demonstrar a manutenção de tais requisitos até mesmo quando da prorrogação.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Na forma do disposto no art. 18, §1º, da Lei Federal 14.133, quando do levantamento de mercado, para fins de identificação das possíveis soluções existentes, a equipe de planejamento deve evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, realizando uma análise comparativa entre as soluções analisadas, com objetivo de identificar a solução que apresenta maior vantajosidade econômica, ganhos de eficiência administrativa, continuidade sustentável social e ambiental.

A aquisição é bastante simplificada podendo ser oferecida por qualquer fornecedor na área, no entanto devido às condições de mercado e aos prazos de entrega poderá apresentar restrição a quantidade de fornecedores capazes de suprir a demanda da Câmara Municipal de Araucária.

O estudo visa avaliar o mercado com **fornecimento de água** mineral natural, potável, sem gás, acondicionada em garrafas plásticas, permitindo que essas organizações tomem decisões informadas sobre a aquisição com base em fatores como custo, qualidade e disponibilidade, assim como o **fornecimento de recarga de Gás P45**.

Quanto a água:

a) Captação em mananciais naturais:

A captação em mananciais naturais e poços tem sido opção de fonte, porém, o crescimento populacional e as mudanças climáticas têm aumentado a pressão sobre esses recursos finitos. Além das opções convencionais, como a dessalinização da água do mar em áreas costeiras e o reuso de água, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) emergem como uma alternativa. Entre os pontos negativos, destacam-se





o potencial aumento de custos para a administração pública, a perda de controle público sobre a gestão dos recursos hídricos, e os riscos associados à falta de transparência e à qualidade do serviço. Essa medida, torna-se inviável por inúmeros motivos, mas um dos principais é não possuir região litorânea perto, o que precisaria ser transportada de uma área costeira distante até o município, sendo gerado mais custos à Administração e morosidade. Sendo assim torna-se inviável.

b) Contratação de empresa para fornecer material:

A aquisição de água de prestadora de serviços para a administração pública representa uma estratégia eficiente e econômica. Ao terceirizar esse serviço, a administração pode reduzir custos operacionais significativos, além de que a aquisição de água pela administração pública não é apenas uma obrigação legal, mas um compromisso moral com o bem-estar dos servidores, da comunidade e o desenvolvimento sustentável. O que torna tal alternativa viável, à luz de garantir suprimento confiável de água potável para a segurança pública do município.

Vantagens da alternativa “b”:

Qualidade da Água: A água mineral é captada diretamente de nascentes, garantindo uma qualidade superior em comparação à água filtrada ou da torneira. Ela não passa por adição de substâncias químicas, o que a torna mais saudável e pura.

Hidratação e Produtividade: O consumo de água mineral está associado a uma melhor hidratação, o que pode aumentar a produtividade dos funcionários. Estudos indicam que a desidratação leve pode afetar a concentração e o desempenho cognitivo.

Conveniente e Prática: A entrega em garrafas plásticas facilita o acesso à água, eliminando a necessidade de instalação de sistemas de filtragem ou purificação.

Imagem Profissional: Oferecer água mineral pode melhorar a imagem da prefeitura e suas secretarias, transmitindo uma preocupação com a saúde e bem-estar dos colaboradores e visitantes.

Redução de Custos de Equipamentos: A contratação de um fornecedor elimina a necessidade de investimento em equipamentos de tratamento de água, o que pode resultar em economia a longo prazo.

Desvantagens

Custo Elevado: A água mineral engarrafada tende a ser mais cara do que a água da torneira, representando um custo significativo para a administração pública.

Impacto Ambiental: O uso de garrafas plásticas pode contribuir para o aumento de resíduos plásticos, caso não haja um sistema eficaz de reciclagem e descarte.

Dependência de Fornecedores: A contratação de uma empresa específica pode criar uma dependência, dificultando a negociação de preços e condições em caso de insatisfação com o serviço prestado.

Considerações Finais:

A contratação de prestadora de serviços para o fornecimento de água mineral natural é vantajosa para a Câmara Municipal de Araucária, pois atende às necessidades de saúde, praticidade, e eficiência econômica, além de garantir a conformidade com as normas legais. Essa estratégia não apenas melhora a qualidade do serviço prestado, mas também contribui para a satisfação dos servidores e comunidade.





Há de se ressaltar ainda, que este tipo de contratação é a mais utilizada corriqueiramente nesta Administração Pública. Sendo assim esta contratação se torna **VIÁVEL**.

Quanto ao gás: Para a contratação de fornecimento de gás GLP, foram pesquisadas soluções do mercado, com objetivo de identificar as diversas possibilidades e a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor supririam as necessidades da Câmara Municipal de Araucária, tendo sido encontradas as seguintes possibilidades de solução:

Solução A: Contratação de empresa para instalação de gás encanado.

Descrição da solução B: A solução de contratação de empresa para instalação de gás encanado, embora altamente vantajosa em termos de eficiência, segurança e sustentabilidade, apresenta desafios significativos, especialmente em termos de custo e tempo de implementação. Este investimento requer uma análise cuidadosa devido às suas implicações financeiras e operacionais. Primeiramente, o custo inicial para a instalação de gás encanado é consideravelmente elevado. A contratação de uma empresa especializada para projetar e implementar o sistema envolve despesas substanciais, incluindo a avaliação do local, o planejamento da rede de distribuição, a compra e instalação dos equipamentos necessários, e a realização de testes de segurança. Além disso, a infraestrutura de gás encanado demanda materiais específicos e mão-de-obra qualificada, o que pode aumentar ainda mais os custos iniciais. Além do investimento financeiro, o processo de estudo e adaptação para a instalação do gás encanado é demorado. Antes de iniciar a instalação, é necessário realizar um estudo detalhado do local para identificar as necessidades específicas e possíveis desafios. Esta fase pode incluir levantamentos técnicos, análises de viabilidade, e a obtenção de autorizações e licenças junto a órgãos reguladores. Este planejamento meticuloso é essencial para garantir que a instalação seja segura e eficiente, mas pode prolongar significativamente o tempo até que o sistema esteja operacional. A adaptação das instalações existentes para acomodar o novo sistema de gás encanado também pode ser complexa. Em muitos casos, será necessário realizar modificações estruturais nas edificações para integrar a nova rede de distribuição de gás. Estas alterações podem exigir obras de construção civil, ajustes na infraestrutura elétrica, e a instalação de sistemas de ventilação adequados, aumentando ainda mais o tempo e o custo do projeto. Além disso, durante o período de instalação, pode haver interrupções nas operações normais da instituição. Dependendo da extensão das obras e das adaptações necessárias, pode ser preciso realocar atividades, interromper serviços temporariamente, ou implementar medidas de contingência para garantir a continuidade das operações essenciais. Apesar dessas dificuldades, os benefícios a longo prazo do gás encanado podem justificar o investimento inicial e o tempo de implementação. O fornecimento contínuo de gás elimina a necessidade de reposições frequentes, aumentando a eficiência operacional. A segurança é aprimorada com um sistema projetado para minimizar riscos de vazamentos e acidentes. Economias de custo podem ser realizadas a longo prazo, e a instituição pode melhorar sua sustentabilidade ambiental ao utilizar uma fonte de energia mais limpa. Em resumo, a contratação de uma empresa para a instalação de gás encanado é uma solução que exige um investimento financeiro considerável e um período prolongado de estudo e adaptação. Sendo assim esta contratação torna-se **INVIÁVEL**.

Solução B: Aquisição de GLP.

Descrição da solução: Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) é uma prática amplamente adotada em órgãos e entidades públicas devido às suas vantagens práticas e econômicas. A logística simplificada desta aquisição resulta em um custo de operação relativamente baixo, eliminando a necessidade





de manutenção de estoque e reduzindo significativamente os custos de armazenamento e gerenciamento de inventário. A entrega direta da empresa fornecedora para a unidade demandante aumenta a eficiência do processo, diminuindo o tempo entre a solicitação e a entrega do produto, o que é crucial para a continuidade das operações em situações de necessidade imediata. Além disso, esta prática proporciona maior flexibilidade e adaptabilidade, permitindo que a instituição responda de forma ágil a necessidades emergentes, sem os atrasos e a burocracia associados a processos de aquisição mais complexos. O GLP, geralmente armazenado em botijões de 45KG (P45), pode ser utilizado de maneira flexível conforme as demandas do local, sem a necessidade de infraestrutura complexa. Esta aquisição rápida e a implementação imediata após a decisão permitem o uso em diferentes locais, assegurando a continuidade dos serviços públicos e atendendo a demandas urgentes de forma eficiente e dentro dos limites legais. Sendo assim esta contratação se torna **VIÁVEL**.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Considerando as alternativas mercadológicas e a análise dos aspectos técnicos, operacionais e econômicos, constata-se que a contratação via **Ata de Registro de Preços (ARP)** para o fornecimento de água mineral natural, potável e sem gás, e Gás GLP P45 constitui a solução mais estratégica para atender às demandas recorrentes da Câmara Municipal de Araucária.

A adoção do Sistema de Registro de Preços otimiza o planejamento e o controle dos gastos públicos, permitindo aquisições vinculadas à real necessidade de consumo. Tal modelo mitiga desperdícios, garante a economicidade e confere celeridade ao fluxo administrativo, uma vez que dispensa novas licitações para cada demanda específica, assegurando a continuidade do abastecimento, inclusive em situações emergenciais ou eventos de grande porte.

Sob a ótica da saúde pública, o fornecimento de água mineral em embalagens adequadas ao consumo imediato é uma medida preventiva essencial, reduzindo riscos de contaminação inerentes à rede convencional. Esta solução oferece segurança microbiológica, facilidade logística e rigoroso controle de qualidade em repartições públicas e atos institucionais.

Ademais, a medida reitera o compromisso da gestão municipal com o bem-estar dos servidores e munícipes, promovendo um ambiente salubre e minimizando eventuais passivos jurídicos decorrentes da má qualidade da água. Portanto, a contratação via ARP alinha-se às boas práticas administrativas, pautando-se pela eficiência e responsabilidade fiscal.

Propõe-se a vigência da contratação por **12 (doze) meses**, conforme estabelecido em ata, período que confere estabilidade ao fornecimento e viabiliza o planejamento plurianual das secretarias, com possibilidade de prorrogação nos termos da legislação vigente, desde que demonstrado o interesse público.

A aquisição de água mineral fundamenta-se na definição precisa das necessidades quantitativas, na seleção de fornecedores estritamente alinhados às normas sanitárias e na implementação de uma logística de distribuição eficiente. Tais pilares asseguram que o produto atenda às expectativas de consumo e cumpra integralmente as exigências legais de saúde pública.





7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

Item	CNAE/Classe	Descrição	Und.	Qtde Estimada	Qtde Mínima	R\$ Unt	R\$ Total
04	1121-6/00	Garraão de água mineral sem gás	Garraão de 20 litros	3000	1000		
02	1121-6/00	Água mineral com gás, garrafa de 500 ml	Fardo com 12 unidades	1000	500		
03	1121-6/00	Água mineral sem gás, copo de 200ml	Caixa com 48 unidades	400	200		
04	4784-9/00	Recarga Botijões GLP – P45	Unidades	10	5		

Tabela 1

¹Classe: refere-se ao CNAE do produto e (ou) do serviço.

²CatSer: refere-se ao Catálogo de Serviços do sistema Compras.gov.br.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

Conforme previsão apontada na Pesquisa de Mercado, realizada no Painel Nacional de Contratações Públicas (PNCP) na data de 12 de março de 2026, estima-se que o valor total dos itens para 12 (doze) meses, é de, aproximadamente, **R\$ 74.759,00 (setenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e nove reais)**.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO CONTRATAÇÃO

Não se vislumbra, técnica ou economicamente, viabilidade no fracionamento. Sendo assim, a solução deve ser adquirida de forma integrada, contemplando os serviços previstos neste ETP.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

No caso em apreço, não há contratações correlatas e/ou interdependentes para a solução ser contratada e o serviço ser plenamente prestado.

11. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS (PCA)

A previsão de contratação consta no **PCA 2026**.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos com a contratação de água mineral e gás GLP para a Câmara Municipal de Araucária consistem em assegurar a plena continuidade das atividades legislativas e administrativas por meio do fornecimento regular de insumos essenciais à saúde e ao bem-estar de vereadores, servidores e cidadãos. Busca-se garantir o estrito cumprimento das normas sanitárias e de segurança do trabalho ao disponibilizar água potável de procedência certificada em diferentes formatos para atender desde o consumo rotineiro nos gabinetes até o rigor protocolar de recepções oficiais e sessões plenárias. Complementarmente, a aquisição de gás GLP no modelo P45 visa otimizar a eficiência operacional das copas e cozinhas, garantindo maior autonomia energética e reduzindo a necessidade de substituições frequentes, o que mitiga riscos logísticos e





assegura a infraestrutura necessária para o suporte a eventos e reuniões institucionais. Em última análise, a contratação objetiva a padronização do suprimento sob condições de segurança jurídica e econômica, eliminando interrupções nos serviços de apoio e promovendo um ambiente de trabalho digno, higiênico e adequado ao atendimento do interesse público.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Recomenda-se a formalização de Ata de Registro de Preços, com a devida publicação de seus valores, com a(s) empresa(s) que irão fornecer os itens, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, incluindo as cláusulas referentes às possíveis prorrogações.

14. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de uma empresa para o fornecimento de água mineral natural e potável, acondicionada em garrafas plásticas, exige uma análise criteriosa acerca dos seus reflexos ecológicos. Embora essencial, essa atividade pode acarretar impactos ambientais significativos, que vão desde a pressão sobre os recursos hídricos até a logística de distribuição.

No que tange aos ecossistemas, a extração intensiva pode afetar diretamente os aquíferos, reduzindo a disponibilidade hídrica para outros fins e comprometendo a biodiversidade local. Somam-se a isso as emissões de gases de efeito estufa decorrentes do transporte rodoviário e o desafio da gestão de resíduos, uma vez que o descarte inadequado de polímeros plásticos contribui para a poluição do solo e dos oceanos, ameaçando a fauna e a flora.

Para contrapor esses riscos, é fundamental a adoção de medidas mitigadoras que alinhem a operação aos princípios da sustentabilidade. Uma estratégia central é a priorização de garrafas retornáveis de polipropileno, que favorecem a economia circular ao reduzir drasticamente o volume de resíduos descartados. Complementarmente, a eficiência logística deve ser buscada por meio da otimização de rotas e do uso de veículos menos poluentes, minimizando a pegada de carbono do serviço.

Por fim, a eficácia dessas ações depende da promoção de uma educação ambiental robusta, capaz de conscientizar os envolvidos sobre a preservação hídrica e o descarte seletivo. Tais diretrizes são indispensáveis para garantir que o fornecimento de água ocorra de forma responsável, conciliando a necessidade de consumo com a proteção do patrimônio natural e o compromisso com a responsabilidade socioambiental.

15. MAPA E ANÁLISE DE RISCOS

O mapa e a análise dos riscos permitem ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso de qualquer contratação (quer seja de pequeno ou grande vulto), da execução do objeto e de sua gestão.

O mapa e sua análise abaixo contém as identificações e a análise dos principais riscos associados ao objeto em questão (aquisição de água e gás), consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação.

Para cada risco identificado, definiram-se: qual a sua fase (durante o processo de contratação), a probabilidade de ocorrência dos eventos e impacto (caso o risco ocorra), os possíveis danos, as possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos) e a identificação de responsáveis pelas ações. O registro e o acompanhamento caberão a cada setor responsável, conforme apontado no quadro abaixo.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

Destacamos também que, para uma melhor visualização e acompanhamento, criou-se uma sinalização de cores, onde a probabilidade e impacto demandam as maiores atenções, ou seja, probabilidades e impactos **vermelhos** requerem maior grau de atenção, probabilidades e impactos **amarelos** requerem grau médio de atenção e probabilidades e impactos **verdes** requerem menor grau de atenção, no intuito de facilitar e agilizar a análise dos itens. As cores foram definidas separadamente para as probabilidades e os impactos, ou seja, um risco pode ter probabilidade alta (vermelho), porém impacto baixo (verde), com isso se torna mais visível as peculiaridades da contratação.

Segue abaixo quadro expositivo:

Id	Risco	Fase	Probab.	Impacto	Dano	Ação Preventiva	Setor Responsável	Contingência
1	Levantamento inadequado de quantitativos e descritivos	Interna (Planejamento)	Baixa	Alto	Contratação insuficiente ou não de acordo com o solicitado. Inadequação às demandas.	Realização de análise de relatórios do Almoxarifado e contratações anteriores. Revisão cruzada de quantitativos e descritos dos itens (equipe multidisciplinar).	Almoxarifado Divisão Administrativa Compras	Readequação de quantitativo e descritivo, atualização de documentos. Responsável: Requisitante e Compras
2	Pesquisa de mercado e/ou de preços insuficiente ou com vieses	Interna (Planejamento)	Baixa	Alto	Orçamento subestimado/superestimado, prejuízo à competitividade.	Utilizar múltiplas fontes: consultas públicas, cotações, painéis públicos, Homologações com objetos similares.	Compras	Revisão da estimativa no DFD, ETP/Termo de Referência e Edital. Responsável: Requisitante e Compras
3	Contratação não ser deferida pela Administração	Interna	Baixa	Alto	Dúvida sobre a legalidade/legitimidade da solicitação; Não concordância com o objeto.	Definir regras de contratação de forma clara e objetiva a constar no Termo de Referência e Edital; Anuência da Administração na contratação do objeto.	Diretoria Geral	Atualização/correção dos documentos fase interna da contratação. Responsável: Diretoria geral e Compras
4	Processo demorar para tramitar internamente (Licitação)	Interna	Média	Alto	Falta de atenção e de cobrança nos prazos dos trâmites internos afeta diretamente as rotinas dos processos de trabalho internos e externos da CMA; Risco de faltar itens em estoque; Retrabalho e necessidade de atualização de orçamentos e documentos.	Divisão de Compras e Licitações acompanhar o andamento do processo, informando aos Setores a importância/urgência na tramitação e final do prazo da Ata de Registro de Preços vigente; Responsáveis pela Minuta do Edital, Pregoeiro e Fiscal cientes das informações, desde a abertura do processo de contratação.	Setor Requisitante Compras Jurídico e Controle Interno	Alertar a Divisão de Compras e Licitações da necessidade de acompanhamento e start do processo; Alertar o Pregoeiro e o Fiscal sobre necessidade de acompanhamento desde início do processo. Responsável: Compras, Jurídico e Controle Interno
5	Edital com exigências restritivas à competitividade	Interna	Baixa	Alto	Cancelamento do procedimento, impugnações e recursos. Risco de faltar itens em estoque.	Revisão jurídica; Revisão do Controle Interno Fundamentação técnica dos requisitos; Análise pormenorizada da Minuta do Edital pelo Pregoeiro.	Jurídico UCI Pregoeiro	Retificação do edital e reabertura de prazos. Responsável: Pregoeiro e Compras.
6	Risco de seleção de fornecedor sem capacidade técnica	Externa	Média	Alto	Contratação frustrada, prejuízo financeiro; Risco de faltar itens em estoque.	Exigir comprovações de capacidade, portfólio, métricas de desempenho e certificações; Realizar diligências; Utilizar métodos compatíveis com a Lei n. 14.133/2021.	Pregoeiro Compras Jurídico	Arquivamento do processo, encerramento motivado, conforme Lei 14.133/2021. Responsável: Divisão Administrativa e Jurídico.
7	Falhas na análise da documentação digital ou nos critérios de julgamento	Externa	Baixa	Alto	Impugnações, atrasos, anulação.	Reuniões de alinhamento do Pregoeiro, Equipe de apoio e Compras	Pregoeiro Compras	Revisão de julgamento e republicação do resultado. Responsável: Pregoeiro, Compras.
8	Contratação não ser entregue de forma correta pela Contratada	Externa	Baixa	Médio	Risco de faltar itens em estoque; Frustração da equipe; Cobrança por parte da Administração.	Gestão de Contratos e Fiscalização trabalharem em conjunto, acompanhando as entregas e informando à Contratada os prazos e sanções que podem vir a ser aplicados caso não haja descumprimento.	Divisão Administrativa Fiscalização	O recebimento definitivo deverá ocorrer apenas mediante ateste do Gestor do contrato em conjunto com a Fiscalização, que confirme a entrega total dos itens. Responsável: Gestão de Contratos e fiscalização



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

Id	Risco	Fase	Probab	Impacto	Dano	Ação Preventiva	Setor Responsável	Contingência
9	Insatisfação com o a qualidade dos itens adquiridos	Externa (uso)	Média	Médio	Não atendimento das expectativas e demandas da Câmara Municipal de Araucária.	Descrição detalhada dos itens (constantes no Termo de Referência e demais documentos).	Almoxarifado Setor Requisitante Compras	Recebimento do objeto mediante ateste do fiscal do contrato em conjunto com o Requisitante/Almoxarifado, confrontação entre o descritivo nos documentos e os itens realmente entregues. Responsável: Fiscalização, Requisitante, Almoxarifado.
10	Interrupção ou falha grave no fornecimento	Externa (uso)	Média	Alto	Crítico; Falta de itens no estoque. Cobrança por parte da Administração.	Exigir garantias e aplicar sanções, conforme Lei n. 14.133/2021	Fornecedor Gestão de Contratos Jurídico	Plano emergencial em caso de falta de itens. Responsável: Gestão de Contratos.

16. A FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

Fiscal: Helton Fabio Farias.

Fiscal Substituto: Rosimaria Araújo da Silva.

Gestor: Lucivanda Silva Camargo.

Gestor Substituto: Não designado.

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O planejamento, que ao final subscreve o presente estudo técnico preliminar (ETP), nos termos do parágrafo 1.º e inciso XIII do artigo 18 da Lei 14.133/2021 declara viável esta contratação.

Araucária, 24 de abril de 2026.



DESIREE MARA PETRUY

24/04/2026 11:08:34

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada.

Chefe da Divisão de Compras e Licitações



**ALEXANDRE BENDLIN
SENEGAGLIA**

24/04/2026 11:10:52

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada.

Área requisitante

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 24/04/2026 11:38 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pa684706089607>





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA
PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Declaro que a empresa, inscrita no CNPJ (MF) nº, inscrição estadual nº, estabelecida em, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública, e que os valores contratuais somados não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte:

Nome do Órgão/Empresa

Vigência do Contrato

Valor total do Contrato

** Vide Notas 1 e 2 abaixo*

VALOR TOTAL DOS CONTRATOS

Local e data:

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante informará também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais têm contratos vigentes.

Nota 2: Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA
MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

“À CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA”

PREGÃO Nº ____/ 2026 - MENOR PREÇO POR ITEM - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

“ABERTURA DIA ____/____/2026, ÀS ____:____ h”

“NÚMERO DO CNPJ DA EMPRESA”

“RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE”

OBS: OS BENS DEVEM OBEDECER ÀS ESPECIFICAÇÕES COMPLETAS CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UNID.	QTDE MIN.	QTDE MÁX	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	Carga de água mineral sem gás em garrafão de 20 L (vinte litros). Na data da entrega, o produto deverá conter no mínimo 03 (três) meses de validade, devendo atender as Normas e Documentos de Referência do Inmetro, da Portaria nº 36/90 e Resolução nº 25/76. Prazo de validade do galão: Máximo 03 (três) anos (Conforme Portaria 128/2011, do Departamento Nacional de Produção Mineral), a contar da data de entrega.	445485	Garrafão (20 litros)	1000	3000		
02	Água mineral garrafa de aproximadamente 500 ml (quinhentos mililitros) com gás – Na data da entrega, o produto deverá conter no mínimo 03 (três) meses de validade, devendo atender as Normas e Documentos de Referência do Inmetro, da Portaria nº 36/90 e Resolução nº 25/76.	445479	Fardo (com 12 unid. cada)	500	1000		
03	Água mineral, sem gás, em copo de aproximadamente 200 ml (duzentos mililitros) – Na data da entrega, o produto deverá conter no mínimo 03 (três) meses de validade, devendo atender as Normas e Documentos de Referência do Inmetro, da Portaria nº 36/90 e Resolução nº 25/76.	445484	Caixa (com 48 unid. cada)	200	400		
04	Carga de gás liquefeito de petróleo (GLP) en- garrafado tipo butano (para cozinha), em botijão de 45 kg (quarenta e cinco quilos). As cargas deverão possuir rótulos indicando prazo de validade e lacre de garantia, devendo estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e da ANP (Agência Nacional de Petróleo). Prazo de validade do gás (a constar no rótulo): Ano atual ou posterior, a contar da data de entrega. Prazo de validade do botijão (a constar em alto-relevo no recipiente): não ultrapassar 15 (quinze) anos a contar da data de entrega.	461650	Carga (45 Kg)	5	10		
VALOR TOTAL							

OBS: Em caso de existência de discordância entre as especificações do objeto descritas no COMPRAS.GOV.BR, prevalecerão as constantes neste Edital.

Nome e assinatura do representante legal ou procurador da empresa, devidamente identificado através da documentação apresentada.

Dados do responsável:

Nome: _____;

RG nº: _____;

CPF nº: _____;

Cargo/Função ocupada: _____;

Fone: _____.

Prazo de validade da proposta: _____ (não inferior a 60 dias), contados da data da entrega de seu respectivo envelope.

Cidade/UF, ____ de _____ de _____.

(Assinatura, nome, cargo, RG do representante legal e carimbo da empresa)



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL PARA
ASSINATURA DO CONTRATO

Edital nº ____/2026

Declaramos que o Responsável Legal da proponente (*inserir o nome da proponente*), para assinatura do contrato, no caso de sagrar-se vencedora da presente licitação, é o (a) Sr. (a) (*inserir o nome completo, número dos documentos de identidade e CPF, profissão e endereço*).

Local, ____ de _____ de 2026.

(*Nome, RG nº e assinatura do responsável pelo licitante*)

OBSERVAÇÃO:

A apresentação da declaração acima, não exclui a necessidade de apresentação de quaisquer documentos exigidos no Edital, bem como da apresentação de procuração específica quando for o caso.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

ANEXO VI - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº XX/2026

Pregão Eletrônico nº XXXX/2026

Interessado: Câmara Municipal de Araucária

A Câmara Municipal de Araucária, com sede no Estado do Paraná, na cidade de Araucária inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.134.012/0001-04, neste ato representada pelo seu Presidente e Ordenador de Despesas, nomeado pelo Termo de Posse dos Vereadores da 19ª Legislatura: 2025/2029, registrado no 1º Registro de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica de Araucária/PR, Registrado sob o nº 0048389, no dia 30 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XXX/2026, publicada no XX de XXXXX/2026, processo administrativo nº 35.896/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 39.132, de 15 de março de 2023 e na Resolução nº 91/2023 de 30 de março de 2023, que regulamentou a Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Poder Legislativo do Município de Araucária-PR e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a aquisição de água mineral (galão 20 litros e copo - 200 ml), água com gás (garrafa de 500 ml) e recarga de gás P45— de forma fracionada, com o formalização de Ata de Registro de Preços - para atender ao setor de Copa e assegurar ao público interno e externo o fornecimento de água, assim como o gás para a fervura de água (café, chá e demais), tendo em vista que se tratam de bens de consumo contínuo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, especificado(s) no(s) item(ns) 01 do Termo de Referência, Anexo II, do Edital de Licitação nº XXXX/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor							
	(Razão Social, CNPJ/MF, Endereço, Contatos, Representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unit.	Prazo de garantia ou validade

2.2 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como Anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 O órgão gerenciador será a Câmara Municipal de Araucária.

3.2 Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 4.1** Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, sob a justificativa de que o Edital de Licitação não permitiu adesões, legalmente amparada pelo Decreto Municipal n.º 39.132/2023.
- 4.2** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.
- 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**
- 5.1** O prazo de vigência da ata de registro de preços, contando a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme Decreto Municipal n.º 39132 de 2023.
- 5.2** O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços (se houver) terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.3** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.4** A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada pela Câmara Municipal de Araucária, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ordem de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 5.5** O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.6** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços (se houver) poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 5.7** Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da Ata de Registro de Preços:
- 5.8** Serão registrados na Ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital de Licitações e se obrigar nos limites dela, conforme art. 82, IV da Lei n.º 14.133/2021;
- 5.9** Será incluído na Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- I)** Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - II)** Mantiverem sua proposta original.
- 5.10** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na Ata.
- 5.11** O registro a que se refere o item 5.9 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.12** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 5.13** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.9 subitem II) somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- I)** Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de Licitação; e
 - II)** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.
- 5.14** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.
- 5.15** Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, assinar a Ata de Registro de Preços, conforme condições estabelecidos no Edital de Licitação ou no aviso de Contratação Direta, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133 de 2021.
- 5.16** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.17** A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital.
- 5.18** Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.13 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.19** Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.9 subitem I), aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital de Licitação, poderá:
- I)** Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - II)** Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.20** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**
- 6.1** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- I)** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

II) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III) Na hipótese de previsão no Edital de Licitação de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

a) No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

b) No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Câmara Municipal de Araucária convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.5 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, será facultado ao fornecedor requerer à Câmara Municipal de Araucária a alteração do preço registrado, mediante comprovação (apresentação de ao mínimo 02 Notas Fiscais de Distribuidores e/ou demais documentos) de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.6 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória (mínimo 02 Notas Fiscais de Distribuidores e/ou demais documentos) e/ou planilha de custos, que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.7 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.8 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.13 e subitens.

7.9 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do item 8, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 7.10** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.5 e no subitem 7.6, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 8.1** O registro do fornecedor será cancelado pela Câmara Municipal de Araucária, quando o fornecedor:

- I)** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado;
- II)** Não retirar a nota de empenho, ordem de compra ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- III)** Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 305 do Decreto Municipal n.º 39.132/2023.
- IV)** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 8.2** Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, poderá a Câmara Municipal de Araucária, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

- 8.3** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.5 será formalizado por Despacho da Câmara Municipal de Araucária, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

- 8.4** Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a Câmara Municipal de Araucária poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

- 8.5** O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pela Câmara Municipal de Araucária, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- I)** Por razão de interesse público;
- II)** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- III)** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Art 305 do Decreto Municipal n.º 39.132/2023.

9. DAS PENALIDADES

- 9.1** Conforme Art. 155 da Lei 14.133 de 2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente em caso de:

- I)** Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II)** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III)** Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeira/a durante o certame;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- V) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:
 - a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - d) Deixar de apresentar amostra;
 - e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;
- VI) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida e válida para a contratação;
- VII) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- IX) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII) Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

9.2 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I) Advertência;
- II) Multa;
- III) Impedimento de licitar e contratar e
- IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- I) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II) As peculiaridades do caso concreto;
- III) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4 Caso a CONTRATADA, seja responsabilizada por ato, que esteja enquadrado em algum subitem do item 9.1, estará sujeita às sanções, conforme consta no art. 156, Lei 14.133/2021:

- I) **Advertência**, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista, inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- II) A **Multa** será recolhida em percentual de 10% a 20% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - a) Para as infrações previstas no item 9.1, subitens I), II) e III), a multa será de



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

20% do valor do contrato licitado.

- b) Para as infrações previstas no item 9.1, subitens V), VI), VII), VIII) e IX), a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
- c) Nos casos de reincidência formalmente notificada de qualquer descumprimento passível de advertência e no descumprimento dos prazos estabelecidos e condições de entrega/recebimento contidos no Edital, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

III) Impedimento de licitar e contratar com o Município, pelo prazo máximo de 03 (três) anos pelas infrações administrativas previstas nos subitens II), III), IV), V), VI) e VII) do item 9.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção.

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelas infrações administrativas previstas nos subitens VIII), IX), X), XI) e XII) do item 9.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- 9.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6** No processo de aplicação de sanções para apuração de responsabilidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 15 (quinze) dias úteis contado da data de sua intimação.
- 9.7** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido no item 5.15, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 9.8** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.9** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.10** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.11** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 9.12** Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

- 9.13** As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 9.14** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a Ata.
- 9.15** É da competência do Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Araucária a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preços.

10. CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo II do Edital de Licitação n. XX/2025.
- 10.2** Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

11. DA FISCALIZAÇÃO

- 11.1** Fica sob responsabilidade da Câmara de Vereadores de Araucária, por meio do Fiscal de Contratos Helton Fabio Farias, Matrícula nº. 2032-1 e CPF nº. 009.XXX.XXX-09 ou, quando necessário, a Fiscal Substituta Rosimaria Araújo da Silva, Matrícula nº 2054 e CPF nº 829.XX.XXX.49, acompanhar a execução da entrega, registrar em relatório todas as ocorrências relacionadas com a sua execução e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DA GESTÃO DE CONTRATOS

- 12.1** Fica sob responsabilidade da Câmara de Vereadores de Araucária, por meio do(a) Gestor(a) **Lucivanda Silva Camargo, CPF nº 489.XXX.XXX-20** (Divisão Administrativa – Serviço de Administração e Gestão de Contratos, tomar providências para a formalização de Processo Administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções conforme art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Local e data

Representante

Presidente da Câmara Municipal de Araucária



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

ANEXO
CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor							
	(Razão Social, CNPJ/MF, Endereço, Contatos, Representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unit.	Prazo de garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor							
	(Razão Social, CNPJ/MF, Endereço, Contatos, Representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unit.	Prazo de garantia ou validade